



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, SAÚDE, DESPORTO E PROJETOS SOCIAIS
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

PROCESSO Nº 60550.038566/2021-42

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
11/2022-HFA, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS (HFA)
E A EMPRESA TECNICAL ENGENHARIA LTDA**

A **UNIÃO**, entidade de direito público interno, por intermédio do **HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS (HFA)**, com sede no Setor HFA, S/Nº, Sudoeste, Brasília DF, CEP 70693-900, **CNPJ nº 03.568.867.0001/36**, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas, Coronel **ALEXANDER MARKEL COTA DINIZ RODRIGUES**, nomeado pelo Boletim Interno nº 130/HFA, de 12 de julho de 2021, inscrito no CPF sob o nº 905.213.667-04, portador da Carteira de Identidade nº 018433843-2 MD/EB, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, e empresa **TECNICAL ENGENHARIA LTDA**, estabelecida na SHIS QI 11, Bloco I, sala 108, LAGO SUL CEP 71625-580, em Brasília/DF, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes da Secretaria de Receita Federal (CNPJ) sob o nº **72.581.283/0001-13** doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **HELDER NORONHA BARROS**, portador da Carteira de Identidade nº M-2.087.297 expedida em 02/08/1979 pela SSP-MG, inscrito no CPF sob o nº 486.893.946-72, tendo em vista o que consta no Processo nº **60550.038566/2021-42** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 12.305/10, do Decreto nº 9.507/2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **59/2022-HFA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de prestação de serviço contínuo com dedicação de mão-de-obra exclusiva para a manutenção preventiva e corretiva das edificações e estruturas hospitalares, administrativas e residenciais, além dos equipamentos, maquinários, instalações prediais, elétricas, hidrossanitárias, telefônicas, de tecnologia da informação/rede lógica, dos sistemas de gases medicinais, geração de vapor, prevenção contra e combate a incêndio, de prevenção contra descargas atmosféricas; de serviços de manutenção e modernização de bens móveis e imóveis incluindo marcenaria, serralheria e refrigeração, com o fornecimento de mão-de-obra especializada com dedicação exclusiva, de materiais, equipamentos, peças e acessórios bem como outros serviços inerentes à manutenção e à conservação das instalações do COMPLEXO HFA (GRUPO 01) sob o regime empreitada por PREÇO GLOBAL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão 59/2022-HFA, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

GR	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATSERV	QTD MESES / QTDE ANUAL	UNID MED	VALOR REF MÉDIA MÊS (R\$)	DESCONTO MÍNIMO (%)	VALOR TOTAL REF/AN
1	1	Serviço de manutenção predial sob regime de execução indireta com dedicação exclusiva de MÃO DE OBRA FIXA por posto de trabalho para atender as necessidades da MANUTENÇÃO das instalações do HFA sob sua administração.	22225	12	SV	R\$ 491.656,05	Menor preço	R\$ 5.899.872
	2	Fornecimento de MATERIAL DE CONSUMO, SOB DEMANDA, por MAIOR DESCONTO sobre tabela própria do HFA denominada "1.0 GRUPO 01 - HFA", anexa ao TR.	22225	12	SV	R\$ 107.718,86	2%	R\$ 1.292.626
	3	SERVIÇO EVENTUAIS de manutenção predial, SOB DEMANDA, por MAIOR DESCONTO sobre tabela própria do HFA denominada "1.0 GRUPO 01 - HFA", anexa ao TR.	1627	12	SV	R\$ 297.791,75	2%	R\$ 3.573.501
VALOR DA CONTRATAÇÃO						R\$ 897.166,67		R\$ 10.766.00

1.4. DETALHAMENTO DOS CUSTOS DO ITEM 1 (MÃO DE OBRA - MANUTENÇÃO DO HFA)

ORD	CATEGORIA PROFISSIONAL	Salário-base (R\$)	Custo total unitário (R\$)	Quantidade	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)	Jornada	CBO
1	Engenheiro Civil Pleno (responsável técnico)	9.366,57	19.173,31	1	19.173,31	230.079,73	44 Horas	2142-0:
2	Arquiteto com experiência em projetos hospitalares	9.350,00	19.166,44	1	19.166,44	229.997,27	44 Horas	2141-2:
3	Engenheiro Eletricista Pleno	9.366,57	19.209,58	1	19.209,58	230.514,93	44 Horas	2143-0:

4	Engenheiro Mecânico Pleno	9.366,57	19.209,58	1	19.209,58	230.514,93	44 Horas	2144-0:
5	Encarregado da Turma de manutenção 44H	2.833,50	6.848,62	2	13.697,25	164.366,97	44 Horas	7102-0:
6	Bombeiro Hidráulico Plantonista Diurno	1.986,60	5.923,58	2	11.847,15	142.165,84	12 X 36 D	7241-10
7	Bombeiro Hidráulico Plantonista Noturno	1.986,60	6.205,19	2	12.410,37	148.924,44	12 X 36 N	7241-10
8	Eletricista Plantonista Diurno	1.986,60	6.253,11	2	12.506,21	150.074,58	12 x 36 D	7156-10
9	Eletricista Plantonista Noturno	1.986,60	7.454,12	2	14.908,24	178.898,93	12 X 36 N	7156-10
10	Mecânico de Manutenção de Ar Condicionado Plantonista Diurno	1.986,60	5.106,59	2	10.213,18	122.558,18	12 X 36 D	9112-0:
11	Mecânico de Manutenção de Ar Condicionado Plantonista Noturno	1.986,60	6.334,14	2	12.668,27	152.019,25	12 X 36 N	9112-0:
12	Eletricista Predial	1.986,60	6.507,04	3	19.521,11	234.253,33	44 Horas	7156-10
13	Eletrotécnico	2.142,84	6.761,42	1	6.761,42	81.137,02	44 Horas	3131-0:
14	Técnico em Eletrônica	2.142,84	6.761,42	1	6.761,42	81.137,02	44 Horas	3132-1:
15	Bombeiro Hidráulico	1.986,60	5.260,88	4	21.043,51	252.522,12	44 Horas	7241-10
16	Auxiliar de Bombeiro Hidráulico	1.298,00	3.946,34	2	7.892,67	94.712,07	44 Horas	7241-10
17	Pedreiro	1.986,60	5.260,88	4	21.043,51	252.522,12	44 Horas	7152-10
18	Auxiliar de Pedreiro	1.298,00	3.946,60	4	15.786,42	189.437,00	44 Horas	7170-20
19	Pintor	1.986,60	5.261,37	5	26.306,86	315.682,34	44 Horas	7166-10
20	Auxiliar de Pintor	1.298,00	3.946,71	5	19.733,54	236.802,43	44 Horas	7166-10
21	Marceneiro	1.986,60	5.261,37	4	21.045,49	252.545,87	44 Horas	7711-0:
22	Auxiliar de Marceneiro	1.298,00	3.946,71	2	7.893,41	94.720,97	44 Horas	7711-0:
23	Vidraceiro	1.833,62	4.673,44	1	4.673,44	56.081,28	44 Horas	7163-0:
24	Auxiliar de Vidraceiro	1.298,00	3.946,71	1	3.946,71	47.360,49	44 Horas	7163-0:
25	Serralheiro	1.986,60	5.261,37	4	21.045,49	252.545,87	44 Horas	7244-40
26	Auxiliar de Serralheiro	1.298,00	3.946,71	1	3.946,71	47.360,49	44 Horas	7244-40
27	Artífice	1.986,60	7.790,13	4	31.160,52	373.926,26	45 Horas	9143-0:
28	Mecânico de Manutenção de Ar Condicionado	1.986,60	6.613,21	2	13.226,41	158.716,95	44 Horas	9112-0:
29	Técnico em Refrigeração	1.986,60	6.613,21	2	13.226,41	158.716,95	44 Horas	9112-0:
30	Auxiliar de Mecânico de Refrigeração	1.298,00	3.946,71	4	15.786,83	189.441,95	44 Horas	9112-0:
31	Gasista	1.986,60	6.613,21	1	6.613,21	79.358,48	44 Horas	7241-30
32	Auxiliar de Técnico em Telefonia e Rede Lógica	1.298,00	3.946,71	1	3.946,71	47.360,49	44 Horas	7321-30
33	Técnico em Telefonia e Rede Lógica	2.142,84	5.485,88	1	5.485,88	65.830,58	44 Horas	3133-1:
34	Chaveiro	1.423,40	4.143,62	1	4.143,62	49.723,39	44 Horas	5231-1:
35	Operador de Caldeira Diurno	2.108,34	6.075,26	2	12.150,52	145.806,27	12 x 36 D	8621-20
36	Técnico de Segurança do Trabalho	2.227,08	5.516,31	1	5.516,31	66.195,66	44 Horas	3516-0:
37	Auxiliar Administrativo 44H	1.298,00	3.994,17	2	7.988,35	95.860,15	44 Horas	4110-0:
PREÇO ESTIMADO GLOBAL		97.771,77	256.311,60	81	491.656,05	5.899.872,59		

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 30/06/2022 e encerramento em 30/06/2023 podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atendendo, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. Nas eventuais prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos e/ou eliminados como condição para a renovação.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 897.166,67** (oitocentos e noventa e sete mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), perfazendo o valor anual de **R\$ 10.766.000,00** (dez milhões setecentos e sessenta e seis mil reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

- 4.1.1. Gestão/Unidade: 00001/112408
- 4.1.2. Fonte: 0100
- 4.1.3. Programa de Trabalho: 05.122.0032.2000.0001
- 4.1.4. Natureza da Despesa: 339039 / 339037 / 33.90.30
- 4.1.5. PTRES:168699

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

6. **CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO**

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8. **CLÁUSULA OITAVA - MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo “I”, do Edital.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. As regras acerca da Subcontratação são as estabelecidas no Edital de Licitação, anexo deste Contrato.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo “I” do Edital.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 9.507, de 2018).

12.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

12.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

- 12.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária e para com o FGTS pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
- 12.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 12.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.
- 12.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.
13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEDAÇÕES E PERMISSÕES**
- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.
- 13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.4. Como se trata do regime, empreitada por preço global, a participação na licitação ou a assinatura do contrato implicará em concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.
14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES**
- 14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS**
- 15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO**
- 16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO**
- 17.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília, na data de assinatura

Pelo Contratante:

ALEXANDER MARKEL COTA DINIZ RODRIGUES - Cel R1
Ordenador de Despesas do HFA

Pela Contratada:

HELDER NORONHA BARROS
Sócio Administrador da TECNICALL

Testemunhas:

JULIANA BISINOTO BARRA - SC
Chefe da Seção de Contratos

NIVALDO LUIZ VIANA FARIAS - Cel Int
Gestor do contrato

"Bicentenário da Independência - Soberania é Liberdade"



Documento assinado eletronicamente por **HELDER NORONHA BARROS, Usuário Externo**, em 27/06/2022, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Bisinoto Barra, Chefe**, em 28/06/2022, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Marina Rodrigues Goulart, Assistente**, em 29/06/2022, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Alexander Markel Cota Diniz Rodrigues, Chefe**, em 29/06/2022, às 20:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **5199776** e o código CRC **5BD8133A**.